



## CAPÍTULO 52

DOI: <https://doi.org/10.58871/conimaps24.c52>

**ACOLHIMENTO EM SAÚDE PARA MULHERES TRANS E TRAVESTIS: RELATO  
DE EXPERIÊNCIA DE CAPACITAÇÃO PARA ESTUDANTES DE MEDICINA**

**HEALTH CARE FOR TRANS WOMEN AND TRAVESTIS: EXPERIENCE REPORT  
OF TRAINING FOR MEDICAL STUDENTS**

**LEONARDO BRITO CARVALHO DE MELO**

Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará

**BRUNO ZANATTA ELLER**

Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará

**PAMELLA LIMA DE ARAÚJO SANTOS**

Graduanda em Medicina pela Universidade Federal do Ceará

**HELLEN BEATRIZ MARTINS BRAGA**

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará

**MARCOS DANIEL CANUTO ALVES**

Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará

**RODRIGO DA SILVA MAIA**

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor do Curso de Psicologia e do Mestrado em Psicologia e Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará

## RESUMO

**Objetivo:** Este trabalho tem como objetivo descrever uma experiência de capacitação sobre acolhimento em saúde para mulheres trans e travestis, voltada para estudantes de Medicina membros de uma Liga Acadêmica de Urologia. **Metodologia:** A atividade foi demandada a um projeto de extensão sobre sexualidade e gênero para capacitá-los a realizar um atendimento a mulheres trans e travestis. A capacitação foi planejada remotamente por meio do *Google Meet*. A realização da capacitação também ocorreu via *Google Meet*, com duração de cerca de 2h, por meio de apresentação de *slides*, mediada por dois extensionistas e com a presença de sete membros da liga. A atividade foi nomeada “Acolhimento em Saúde para Mulheres Trans e Travestis”. Foram abordados: acolhimento, conceitos relacionados a mulheres trans e travestis, uso do nome social, comunicação responsiva, situações fictícias elaboradas pelos extensionistas para promover problematizações e propostas de como proporcionar um atendimento humanizado. **Resultados e Discussão:** No geral, os estudantes relataram falta de familiaridade com as temáticas apresentadas e múltiplas dúvidas relacionadas a como abordar o público de mulheres trans e travestis de maneira respeitosa e acolhedora no âmbito da saúde, reflexo de lacunas educacionais no ensino em saúde e do preconceito institucional, que é reflexo do que

se observa na sociedade. Assim, a capacitação proporcionou uma aprendizagem interativa e dinâmica, aplicada à realidade, que pudesse auxiliá-los em um manejo acolhedor para este público. **Considerações Finais:** Dessa forma, é possível refletir que a capacitação permitiu ampliar o conhecimento dos estudantes, com consequências no manejo destes em relação a mulheres trans e travestis, de modo que sejam acolhidas. São necessárias maiores transformações na formação em saúde e no sistema de saúde e replicações da capacitação para outros dispositivos e níveis de Atenção à Saúde, visto que esta foi pontual, e aplicada a apenas um contexto.

**Palavras-chave:** mulheres trans e travestis; atenção à saúde; capacitação.

## ABSTRACT

**Objective:** This work aims to describe a training experience on health reception for trans women and travestis, aimed at medical students members of an Academic League of Urology. **Methodology:** The activity was demanded to an extension project on sexuality and gender to train them to provide care to trans women and travestis. The training was planned remotely via Google Meet. The training also took place via Google Meet and lasted around 2 hours, with a slide presentation, mediated by two extension workers and attended by seven members of the league. The activity was named “Welcoming in Health for Trans Women and Travestis”. We addressed: welcoming, concepts related to trans women and travestis, use of the social name, responsive communication, fictitious situations elaborated by the extensionists to promote problematizations and proposals on how to provide a humanized care. **Results and Discussion:** In general, the students reported a lack of familiarity with the topics presented and multiple doubts about how to approach transgender women and travestis in a respectful and welcoming way in the health field, a reflection of educational gaps in health teaching and institutional prejudice, which is a reflection of what is observed in society. Thus, the training provided an interactive and dynamic learning, applied to reality, that could help them in a welcoming management for this audience. **Final Considerations:** In this way, it is possible to reflect that the training allowed the students' knowledge to be expanded, with consequences for their handling of trans women and travestis, so that they are welcomed. Greater transformations are needed in health training and in the health system and replication of the training to other devices and levels of Health Care, since this was specific, and applied to only one context.

**Keywords:** trans women and travestis; health care; training.

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo o Ministério da Saúde, com a consolidação com Sistema Único de Saúde (SUS) a partir da Constituição Federal de 1988, a saúde, anteriormente entendida como apenas um “estado de ausência de doença”, passou a ser relacionada com a qualidade de vida da população, composta por um conjunto de fatores, como alimentação, trabalho, renda, educação, meio ambiente, saneamento básico, vigilância sanitária e farmacológica, moradia, lazer, entre outros (Brasil, 2000).

Nesse sentido, a saúde possui diversos determinantes que refletem diretamente no processo saúde-doença dos indivíduos. Para além destes, há múltiplos fatores e especificidades

que afetam tais processos, como a identidade de gênero. Esta é entendida como a percepção subjetiva de si mesmo em relação ao seu próprio gênero, seja feminino ou masculino, bem como outras identidades que não são determinadas a partir dessas noções binárias de gênero (Reis; Cazal, 2021). Alguns exemplos são a cisgeneridade, que diz respeito à identificação com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer, e a transgeneridade, relacionada à identificação com o gênero diferente do que lhe foi designado no seu nascimento (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023).

Nesse campo da transgeneridade, encontram-se mulheres trans e travestis. Uma mulher trans é uma pessoa que se identifica com o gênero feminino, por mais que ao nascer tenha sido designada com o gênero masculino a partir do seu sexo biológico, enquanto travesti é a pessoa que é designada como homem ao nascer, mas que se identifica com o gênero feminino (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023). Entende-se que a diferença entre mulher trans e travesti está situada nas particularidades históricas e simbólicas que o significado da palavra travesti possui, de não conformidade de gênero, mas que, no geral, são identidades femininas que devem ser tratadas por nomes e pronomes femininos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023).

Devido a tal identificação oposta à designação, a população trans e travesti é alvo constante de diversas formas de preconceitos, estigmas, violências e opressão. Dados da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA) revelam que 145 pessoas trans foram assassinadas no ano de 2023, um aumento de 10,7% em relação ao ano anterior (Benevides, 2024). O número expressivo de assassinatos contra o grupo aponta para uma conjuntura social profundamente transfóbica, que negligencia e invalida a existência desses sujeitos, o que corrobora a construção de profundas iniquidades em relação ao acesso de direitos básicos por parte dessas pessoas. Nesse sentido, a violência motivada pela identidade de gênero alheia incide na determinação social da saúde, no processo de sofrimento e adoecimento decorrente do preconceito e do estigma social, reconhecendo também o impacto da transfobia no processo saúde-doença desses sujeitos (Brasil, 2013b). A 13ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2007, incluiu a identidade de gênero e a orientação sexual na análise da determinação da saúde, articulando políticas intersetoriais que garantam a atenção integral à saúde da população, com equipe multiprofissional especializada atuante nos dispositivos e no território (Brasil, 2008), porém tais políticas ainda são atravessadas por bastante preconceito.

O preconceito ocorre por meio de opiniões preconcebidas acerca de determinado sujeito, sem qualquer informação verídica ou razão em especial, e fomenta práticas discriminatórias em determinado contexto (Ceará, 2022). Tais práticas não ocorrem de maneira apenas física, mas

também nas estruturas e instituições sociais, afetando o acesso aos direitos dessas pessoas. Por exemplo, o preconceito em relação a pessoas trans e travestis pode ter reflexo na maneira como são vistas e atendidas. Em virtude da não conformidade de pessoas trans e travestis com o gênero designado ao nascer, é importante o uso do nome social por tal grupo, que corresponde à forma pela qual são reconhecidas, identificadas e denominadas em sua comunidade, e dos pronomes com os quais se identificam, sendo essenciais para a afirmação da identidade de gênero (Reis; Cazal, 2021). Entretanto, o tratamento social de mulheres trans e travestis é negligenciado nas políticas públicas de saúde, as quais deveriam ser responsáveis por acolhê-las, tendo em vista as constantes violências simbólicas, físicas e sociopolíticas sofridas pelo grupo.

Assim, nota-se a escassez de ações destinadas à atenção integral à saúde de mulheres trans e travestis, principalmente, ao se observar a ausência de capacitações, educação permanente e orientações na rede acerca de temáticas relativas a tal população. Nesse contexto, os profissionais da saúde podem não estar capacitados para acolher e atender as pessoas transexuais e travestis nos dispositivos dos diferentes níveis, desde a Atenção Primária, que é porta de entrada do cidadão no SUS (Brasil, 2012), até os serviços mais especializados. Silva e Souza (2021) afirmam que uma equipe despreparada pode fazer com que as condições de saúde se agravem, pois o usuário pode se sentir julgado, desconfortável e relutar em buscar ajuda. Rocon *et al.* (2022) afirmam, contudo, que tal inabilidade não deve ser avaliada para responsabilizar unicamente os profissionais ou entender a técnica como a solução para a problemática, e sim para reconhecer a insuficiência dos saberes técnicos e, por conseguinte, promover o aprendizado pela ação. Tal insuficiência é consequência também da escassez dessas temáticas na formação em saúde nas instituições de ensino técnico e superior, que reflete diretamente na atuação profissional destes.

Em face disso, o Projeto Interdisciplinar de Abordagem a Sexualidade e Gênero (PIASG), vinculado ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), realizou uma capacitação com estudantes de Medicina da Liga Acadêmica de Urologia de Sobral da referida instituição. Frisa-se o papel da formação em debater, junto aos futuros profissionais, aspectos para a criação de um ambiente acolhedor na unidade de atendimento, combatendo a transfobia e se atentando às demandas de uma população colocada à margem da sociedade e esquecida pelas políticas públicas. Destarte, o presente trabalho objetiva descrever a experiência de capacitação sobre o acolhimento de mulheres trans e travestis realizada com os estudantes de Medicina da Liga Acadêmica de Urologia da UFC - *campus* Sobral.

## 2 METODOLOGIA

Este trabalho consiste em um relato de experiência de uma capacitação realizada para estudantes de Medicina, membros de uma Liga Acadêmica de Urologia, com foco no acolhimento em saúde para mulheres trans e travestis. Os integrantes da Liga solicitaram a atividade ao projeto de extensão, que trabalha com temáticas sobre sexualidade e gênero, com o objetivo de capacitá-los a realizar atendimentos para o referido público em um Centro de Especialidades Médicas. A ação foi previamente planejada por cinco extensionistas, de maneira remota, pela plataforma *Google Meet*. A capacitação também ocorreu de modo remoto via *Google Meet*, no dia 27 de outubro de 2023, com duração de cerca de 2h, mediada por dois extensionistas, sendo um graduando em Psicologia e uma graduanda em Medicina, e com a presença de sete membros da Liga. Como recurso, foi utilizada uma apresentação de *slides*.

As informações utilizadas como base para o material da capacitação foram retiradas de manuais orientadores e textos acadêmicos. A capacitação foi nomeada como “Acolhimento em Saúde para Mulheres Trans e Travestis”. A atividade teve início com uma pergunta disparadora sobre acolhimento, com o objetivo de suscitar reflexões sobre o que os estudantes compreendiam sobre o assunto. Em seguida, foram debatidos a importância do acolhimento e o que atrapalha a efetivação deste. O segundo tópico da capacitação focou em trabalhar conceitos importantes relacionados a esse público, como orientação sexual, identidade de gênero, cisgênero, transgênero e nome social. Além disso, também foram apresentadas as definições de mulher trans e de travesti. Em seguida, foi trabalhado o uso correto do nome social, por meio da pergunta central orientada a ser utilizada nos atendimentos: “Como você quer que eu te chame?”. Para tanto, foram trabalhadas outras orientações, como respeito ao nome e aos pronomes das usuárias e a possibilidade de oferecer um cartão do SUS com nome social.

Posteriormente, foi abordada a importância de uma comunicação responsiva nos atendimentos. Também foram apresentadas quatro situações fictícias elaboradas pelos extensionistas para gerar discussão e reflexões sobre como seria o manejo com mulheres trans e travestis no cotidiano do sistema de saúde. Por fim, o último tópico abordado foi sobre orientações de como proporcionar um atendimento humanizado a esse público.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A demanda por uma capacitação voltada para acolher e atender mulheres trans e travestis revela uma questão fundamental nos processos formativos em saúde: a importância de

estudos sobre sexualidade e gênero. A capacitação deu início com a pergunta “O que é acolhimento?”, da qual o conteúdo discursivo, a partir do envolvimento de todos os presentes, abriu caminhos para construção do ambiente participativo que se formou. Acolher, segundo a Política Nacional de Humanização (PNH), é reconhecer o que o outro apresenta como legítima e singular necessidade de saúde, por meio de uma escuta qualificada para que seja garantido o acesso dos usuários a tecnologias alinhadas a suas demandas (Brasil, 2013a), ou seja, também permite integrar os sujeitos ao sistema de saúde pois os reconhece como legítimos, para além de suas necessidades, e permite reparar as desigualdades e propor equidade (Magalhães; Chiesa, 2023). Ao compartilharem seus entendimentos sobre acolhimento, os ligantes demonstraram claro interesse na promoção de uma saúde integrada que não exclua ou afaste a parcela da população do seu direito.

Na primeira abordagem teórica da capacitação, cujo objetivo era fornecer letramento sobre conceitos de gênero e sexualidade, o grande volume de perguntas dos participantes evidenciou a importância da iniciativa ao criar um espaço seguro e encorajador para explorar esses temas de maneira aberta e construtiva. Muitos não tinham familiaridade prévia com os termos apresentados e levantaram questionamentos, por exemplo, sobre a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero. Também foi questionada a diferença entre mulher trans e travesti, dentre outros. É importante refletir sobre essa falta de familiaridade apresentada pelos estudantes. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de Medicina no Brasil foram aprovadas em 2001, porém apenas com a atualização em 2014 foram inseridas as dimensões de gênero, identidade de gênero e orientação sexual em sua base curricular (Brasil, 2014). Apesar do estabelecimento dessas diretrizes, em grande maioria essas temáticas não compõem o currículo obrigatório dos cursos de saúde, sendo poucos os cursos de graduação e residência com um projeto político-pedagógico que efetive de modo transversal o ensino sobre saúde desse público (Raimondi *et al.*, 2021).

Além disso, dúvidas sobre a conduta da abordagem às pacientes trans e travestis figuraram entre as principais demandas do grupo ali presente. Perguntas como: "Como devo chamá-las?", "Como me refiro aos seus órgãos sexuais?", "Como fazer as perguntas da anamnese sem ofendê-las?", dentre outras, foram expostas aos mediadores que tiveram a oportunidade de conduzir as respostas e ilustrar situações com o material da capacitação.

Sobre a dúvida de “Como devo chamá-las?”, um tópico da capacitação propôs que, ao se direcionar a uma pessoa trans, a melhor abordagem seria perguntar “Como você quer que eu te chame?”, pois tal pergunta não pressupõe gênero e deixa a usuária confortável para falar o nome (Magalhães; Chiesa, 2023). Além disso, também foi ressaltada a importância de sempre

chamar pelo nome escolhido, respeitar os pronomes da usuária, e oferecer um cartão do SUS com nome social, como forma de quebrar barreiras e fortalecer o vínculo (Magalhães; Chiesa, 2023).

Para fins de reflexão, também foram apresentadas algumas situações fictícias, elaboradas pelos extensionistas, que podem acontecer no cotidiano dos serviços de saúde, como: uma usuária trans buscou atendimento urológico, mas ainda não possui nome social nos prontuários ou retificado em documentos, o que gerou constrangimento ao ser chamada pelo nome morto; uma usuária travesti com quadro gripal buscou atendimento e o médico direcionou a avaliação pressupondo que tal infecção se deu por queda de imunidade causada por HIV; uma usuária trans com infecção urinária se sentiu constrangida ao ter sua região genital referida como “genitália de homem”; e uma usuária trans buscou realizar um exame de próstata, mas não se sentiu acolhida pois a campanha do Novembro Azul estava direcionada para homens e percebeu comentários por ser a única mulher trans presente.

Os participantes relataram terem se identificado com todas as situações apresentadas, inclusive vivenciado uma situação semelhante a da paciente sem o nome social ou retificação. Quando foi apresentada tal situação, estes responderam que perguntariam como a pessoa gostaria de ser chamada, como já pontuado anteriormente, o que pode revelar uma efetivação no processo de capacitação. Na situação sobre o Novembro Azul, estes explicaram que o atendimento que iriam realizar às mulheres trans e travestis seria em uma campanha de Novembro Azul, o qual foi o motivo principal para solicitarem a capacitação, e levantaram a dúvida sobre como deixar a legenda “Novembro Azul” mais inclusiva. Estes, ao longo da discussão, um extensionista apresentou a legenda “Campanha de Prevenção ao Câncer de Próstata” como mais inclusiva, visto que delimita a abordagem à próstata, e não aos homens. Tal campanha anual no mês de novembro é comumente direcionada ao público de homens, o que reduz a presença de próstata ao homem cis. Assim, mulheres trans, travestis, pessoas não-binárias que foram designadas do sexo masculino no nascimento e algumas pessoas intersexo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, s.d.) podem ser excluídas. Por isso referir-se a tais usuários com o termo “pessoa com próstata” é uma possibilidade de inclusão para além de homens cisgênero, como consta no material sobre Novembro Azul da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (s.d.).

Sobre a pergunta "Como me refiro aos seus órgãos sexuais?", em referência à situação sobre a “genitália de homem”, ainda é comum referir-se a tais órgãos como de homens, como ficou claro no caso do Novembro Azul. A atribuição e “redução” de sexo biológico, que diz respeito a informações cromossômicas, órgãos genitais, produções hormonais, capacidades

reprodutivas e demais características físicas, morfológicas e fisiológicas, responsáveis por determinar as diferenças na espécie humana (São Paulo, 2014), como intrinsecamente relacionado ao gênero, inclusive na determinação de papéis sociais, pode gerar estigma, ao tratar tais órgãos genitais, presentes em mulheres trans e travetis, como “de homem”. Uma maneira adequada seria referir-se a eles a partir do que eles são, por exemplo, pênis, testículos, próstata etc.

Além das situações, de modo geral, também foi ressaltada a importância de uma comunicação responsiva, que consiste na disposição em estar atento ao processo relacional e em evitar explicações definitivas (Moscheta, 2011), como uma forma de recusa a ideias cristalizadas e preconceituosas, como não pressupor a identidade de gênero ou uma heterossexualidade das usuárias (Magalhães; Chiesa, 2023). Por exemplo, outra ideia cristalizada comum é que mulheres trans e travestis são profissionais do sexo ou vivem com HIV (Magalhães; Chiesa, 2023). Abandonar tais ideias permite ter uma visão totalizante, reconhecer e afirmar quem a usuária é em sua realidade e potencializá-la.

Por fim, foram debatidos alguns tópicos sobre como proporcionar um atendimento humanizado. É fundamental que a necessidade da usuária seja acolhida, sem pressuposições sobre atendimentos e demandas específicas, com respeito à identidade de gênero e ao nome social. Por exemplo, uma visão de atendimento com base em estereótipos sexuais pode gerar um obstáculo para que a real demanda seja resolvida, visto que nem toda mulher trans ou travesti buscam os serviços por uma necessidade atrelada à sexualidade. Além disso, é importante solicitar exames, atualizar carteira de vacinação e fazer encaminhamentos (Oliveira; Percário, 2021). Quando for uma demanda de atendimento urológico, observar a presença de infecções e traumas, prevenir ISTs e neoplasias de pênis e próstata. É importante também situar que a humanização do cuidado pode vincular as usuárias aos serviços e promover integralidade (Oliveira; Percário, 2021). Os dois tópicos esclarecem a questão sobre "Como fazer as perguntas da anamnese sem ofendê-las?": o acolhimento, a validação e a legitimação da demanda das usuárias e não do que se pressupõe que elas buscam pode permitir uma humanização do cuidado de maneira respeitosa e responsiva.

Diante disso, pode-se constatar que o momento formativo realizado pelos extensionistas proporcionou uma série de questionamentos e transformações. Durante todo o encontro para a capacitação ficou evidente que os participantes encontraram um ambiente inclusivo e seguro para adquirir conhecimentos fundamentais sobre gênero e sexualidade. No momento do encerramento, em sua fala de agradecimento, o diretor da Liga, na ocasião aluno do 7º período do curso de Medicina, relatou que este era o seu primeiro contato com o aprendizado dos termos

abordados: "Sempre quis esclarecer as dúvidas que pude tirar aqui, nunca soube a quem perguntar", fala que demonstra a lacuna educacional nas salas de aula.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A população de mulheres trans e travestis, em decorrência de suas identidades, são vítimas de violências, as quais impactam diretamente na garantia de direitos. No campo da saúde, diante do preconceito e da discriminação institucional, pode haver o distanciamento desse público dos serviços de saúde, produzindo iniquidades em saúde. Assim, como agravado, a escassez de debates sobre sexualidade e gênero no âmbito formativo da saúde pode causar impactos que distanciam e adoecem ainda mais esse público, devido à falta de conhecimento sobre a realidade e sobre as especificidades em saúde de mulheres trans e travestis. Nesse sentido, cabe refletir sobre a importância de capacitações em saúde na promoção de um maior cuidado para essa população.

O uso de uma abordagem interativa e dinâmica na atividade proporcionou, além de engajamento e interatividade entre os extensionistas e os ligantes, transformações na formação destes. Durante a capacitação, enfatizou-se a importância do acolhimento, do conhecimento sobre termos específicos a tal população, do respeito aos pronomes e ao nome social desse público e de um atendimento responsivo, humanizado e aplicado à realidade. Cabe evidenciar também a importância da ação conjunta entre extensão universitária e educação interdisciplinar em saúde. A realização de ações de projetos universitários pode preencher algumas lacunas existentes nos currículos e nas práticas de saúde. Para além disso, diante de tais lacunas pontuadas pelos membros da liga, pode-se refletir sobre a importância da própria procura dos estudantes por tal formação. Além disso, a possibilidade de troca de conhecimentos entre múltiplas áreas, como a Medicina e a Psicologia, proporciona uma educação integral e consequentemente, uma noção também integral do sujeito, para além de uma visão totalmente médica.

Logo, é importante ressaltar que tal ação, por mais que tenha produzido transformações para a formação dos estudantes e, como consequência, para as mulheres trans e travestis atendidas por estes, foi realizada pontualmente. Revela-se, portanto, a necessidade de continuidade e replicação, não apenas para estudantes e com ênfase em atendimentos da Atenção Especializada, mas também para profissionais, gestores e funcionários de serviços de saúde, e para outros níveis de atenção, como a Atenção Primária e a Terciária. Faz-se necessário, portanto, inserir, na formação em saúde, temas pouco explorados que estão



presentes no cotidiano dos serviços de saúde, de modo a proporcionar um cuidado mais humanizado e equitativo dessa população, e não apenas nessas instituições, mas na própria atuação profissional e na consolidação das políticas e dos serviços de saúde.

## REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. 7ª ed. Brasília-DF: ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), 2024, 125p. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **PARECER CNE/CES Nº: 116/2014**. Ministério da Educação, 06 de junho de 2014. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/nde-famed-med/conteudo/bibliografia/Parecer-CNE-CES-116-14\\_Diretrizes-Curriculares-Nacionais-Curso-Graduacao-Medicina\\_2014.pdf](https://www.ufrgs.br/nde-famed-med/conteudo/bibliografia/Parecer-CNE-CES-116-14_Diretrizes-Curriculares-Nacionais-Curso-Graduacao-Medicina_2014.pdf)

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **13ª Conferência Nacional de Saúde: relatório final**. Brasília, 2008. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio\\_final\\_13\\_cns\\_p1.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_final_13_cns_p1.pdf)

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e conquistas**. 2000. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus\\_principios.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_principios.pdf)

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização - PNH**. 2013a. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_humanizacao\\_pnh\\_folheto.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf)

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais**. 2013b. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf)

CEARÁ. Secretaria da Saúde. **Guia de diversidade**. 2022. Disponível em: [https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2022/05/Guia-de-Diversidade\\_LGBT\\_Digital-3.pdf](https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2022/05/Guia-de-Diversidade_LGBT_Digital-3.pdf)

MAGALHÃES, Luiza Gomes; CHIESA, Anna Maria. **Manual de acolhimento de Transexuais e Travestis (TT) à Atenção Primária à Saúde (APS)**. 2023. Disponível em: [https://www.ee.usp.br/posgraduacao/mestrado/apostilas/Acolhimento\\_Transsexuais.pdf](https://www.ee.usp.br/posgraduacao/mestrado/apostilas/Acolhimento_Transsexuais.pdf)

MOSCHETA, Murilo dos Santos. **Responsividade como recurso relacional para a qualificação da assistência à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP. 2011. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-04072013-124842/publico/Responsividade\\_Tese\\_Moscheta.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-04072013-124842/publico/Responsividade_Tese_Moscheta.pdf)

OLIVEIRA, Gisele Rodrigues de Carvalho; PERCÁRIO, Sandra. **Manual de Acolhimento Ambulatorial e Cirúrgico na Diversidade Sexual**. Juiz de Fora, Editora Neurus: 2021.

Disponível em:

<https://sigaa.ufpa.br/sigaa/verProducao?idProducao=805262&key=1251f8a6f2313be989ae0a67babae842>

RAIMONDI, Gustavo Antonio *et al.* Ensino da saúde de diversidades sexuais. *In*: CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; LOPES JUNIOR, Ademir (eds.). **Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar**. 1ª ed. Santana de Parnaíba: Editora Manole, 2021.

REIS, Toni; CAZAL, Simón. **Manual de educação LGBTI+**. Curitiba, PR: Rede GayLatino e Aliança Nacional LGBTI+, 2021, 200p. Cartilha. Disponível em:

[https://vtp.ifsp.edu.br/images/NUGS/manual\\_de\\_educacao\\_gaylatino\\_2021\\_v\\_25\\_11\\_2021\\_-\\_WEB.pdf](https://vtp.ifsp.edu.br/images/NUGS/manual_de_educacao_gaylatino_2021_v_25_11_2021_-_WEB.pdf).

ROCON, Pablo Cardozo *et al.* **O reconhecimento e o aparecimento público como determinantes para a saúde: diálogos com mulheres transexuais e trabalhadores(as) da saúde**. Saúde Soc., São Paulo, v. 31, n. 2, 2022. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0104-12902022210356pt>

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. **Diversidade Sexual e cidadania LGBT**. São Paulo: SJDC/SP, 2014. 44p. Cartilha. Disponível em:

<https://justica.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/CARTILHA-DIVERSIDADE-SEXUAL-1%C2%AA-EDI%C3%87%C3%83O-2014.pdf>

SILVA, Fernanda Pinto da; SOUZA, Ândrea Cardoso de. **Atitudes dos profissionais no cuidado em situação de suicídio: estudo transversal**. Online Braz. J. Nurs., v. 20, 2021.

DOI: <https://doi.org/10.17665/1676-4285.20216418>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Medicina. Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia. TelessaúdeRS-UFRGS. **Telecondutas: atendimento às pessoas transexuais e travestis na Atenção Primária à Saúde**. 2. ed. Porto Alegre: 29 dez. 2023. Disponível em:

[https://www.ufrgs.br/telessauders/wp-content/uploads/2022/08/tc\\_atendimento\\_pessoa\\_trans.pdf](https://www.ufrgs.br/telessauders/wp-content/uploads/2022/08/tc_atendimento_pessoa_trans.pdf)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Novembro Azul: O novembro azul e a saúde integral das pessoas com próstata**. TelessaúdeRS. s.d. Disponível em:

[https://www.ufrgs.br/telessauders/documentos/novembro\\_azul\\_material\\_para\\_pacientes.pdf](https://www.ufrgs.br/telessauders/documentos/novembro_azul_material_para_pacientes.pdf)